

23 NOV 1989

A dívida externa nos programas

ESTADO DE SÃO PAULO

"É no mínimo um exagero afirmar que a única causa do desequilíbrio do setor público seja a crise da dívida externa. Ela não constitui o único óbice ao desenvolvimento econômico, político e social." É com essa frase que o candidato do PRN inicia sua análise da dívida externa que constitui o primeiro capítulo do seu programa econômico. Ele tem um ponto em comum com o programa do candidato do PT, que colocou também no primeiro capítulo do seu programa a mesma questão, embora inicie diferentemente sua análise: "A dívida externa ocupa uma posição central na crise econômica do nosso país". Com tal afirmação o PT justifica preventivamente o possível malogro da sua política econômica como veremos mais adiante.

É preciso dizer desde já que em nenhum dos programas se encontra resposta satisfatória para a questão, ainda que a tomada de posição de Fernando Collor permita uma melhor adequação das palavras à realidade. Por um lado, os dois candidatos esquecem-se de examinar o problema do ângulo que nos parece essencial: a necessidade de o Brasil voltar a receber recursos do Exterior; por outro lado, partem de um falso princípio: o pagamento da dívida exter-

na é um obstáculo insuperável ao crescimento econômico do país.

É evidente que o serviço da dívida externa é excessivo e que cabe ao futuro governo renegociar a dívida — em termos civilizados — não a partir de uma falsa posição de força como quer o candidato do PT, ou mediante um sistema pelo menos pouco correto, como propõe o candidato do PRN, ao unilateralmente retirar o aval do Tesouro que consta dos contratos. Ao considerar que o problema da dívida externa deve ser tratado "de modo subordinado", o sr. Collor de Mello indica um verdadeiro caminho. Ao colocar a casa em ordem, ter-se-á andado mais da metade do caminho para conseguir a renegociação que se impõe.

É preciso justificar a posição do Brasil e não apenas afirmar com certa desenvoltura que o pagamento da dívida externa retira os meios para crescer. Dizer tal coisa desmente os fatos, como mostra o exemplo da Coreia do Sul, cuja dívida externa em 1982 representava 54,4% do PNB (contra 36,1% no caso do Brasil), que honrou sua dívida e conseguiu aumentar seu PNB, de 1982 a 1986, em 37%. O Brasil, pelo contrário, só aumentou seu PNB em 6,4%. Pode dizer-se que o crescimento coreano foi consequência de um modelo exportador aceitável num país

que não tem um grande mercado interno. O fato é que a renda nacional dos coreanos, muito mais bem distribuída de que a dos brasileiros, cresceu, enquanto no Brasil a renda *per capita* caiu e ficou ainda mais mal distribuída.

O Brasil tem o direito de pedir uma revisão da dívida externa, que foi inflacionada por uma alta anormal das taxas de juros apenas no interesse de um único país, os Estados Unidos. Os credores não pedem a *amortização* da dívida, mas apenas o pagamento dos juros devidos sobre ela. O que se deve negociar é uma redução das taxas de juros e, se possível, uma redução do estoque da dívida através de mecanismos aceitáveis para os credores.

As propostas do PT teriam como efeito aprofundar a crise interna. A suspensão pura e simples dos pagamentos com a idéia de que grande parte da dívida é ilegítima; e a idéia da redução da dívida externa considerada *legítima* depois de uma auditoria feita pelo devedor, pagando-se o valor do mercado secundário; a recusa de qualquer operação de conversão; e a supressão das operações de *re-lending* são fatos que não só nos privariam de qualquer volta do capital estrangeiro (sob todas as formas) como também levariam à

suspensão das linhas de crédito indispensáveis ao desenvolvimento do Brasil. O PT está optando para uma economia fechada, autárquica, cujo melhor modelo hoje se situa na Albânia...

O candidato do PRN parece ser prisioneiro da idéia lançada com precipitação no início da sua campanha, de que a supressão do aval do Tesouro resolveria tudo. Uma negociação caso a caso seria altamente demorada (se o Brasil for aceite como devedor que desrespeita contratos) e perigosa, pois colocaria frente a frente credores potentes e devedores muito fracos.

Uma discussão franca com os credores (incluindo os organismos internacionais que não são os monstros que ambos os candidatos imaginam, e que oferecem a vantagem de permitir indiretamente a intervenção dos governos no processo de negociação) permitirá encontrar uma solução. Não é preciso *fixar* a política de ajustamento com o FMI: é preciso apenas mostrar que existe. No dia em que o governo brasileiro puder oferecer garantias de que o reajuste econômico está no caminho certo, podemos ter a certeza que será fácil para o País resolver o problema da dívida externa, que não pode transformar-se num pretexto para fazer nada.